



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
INSTITUTO DE HUMANIDADES
CURSO DE BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

MARCOS FERNANDO GOMES

**PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA GUINÉ-BISSAU: A
NECESSIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DO CRIOULO GUINEENSE NO
ENSINO FUNDAMENTAL**

ACARAPE/CE

Janeiro de 2023

MARCOS FERNANDO GOMES

**PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA GUINÉ-BISSAU: A
NECESSIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DO CRIOULO GUINEENSE NO
ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado, na forma de projeto de pesquisa, ao Colegiado do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades (BHU), do Instituto de Humanidades (IH), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira

ACARAPE/CE

Janeiro de 2023

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

MARCOS FERNANDO GOMES

**PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA GUINÉ-BISSAU: A
NECESSIDADE DA IMPLEMENTAÇÃO DO CRIOULO GUINEENSE NO
ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de projeto de pesquisa, julgado e aprovado para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades, pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

DATA: ___/___/___

NOTA: _____

BANCA EXAMINADORA:

Orientador e Presidente: Prof. Dr. Francisco Vítor Macêdo Pereira
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

1. Examinador: Prof. O Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB)

2ª Examinadora: Profa. Dra. Mara Rita Duarte
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

3ª. Examinadora: Profa. Me. Edina Lino Ié
Universidade Estadual de Ceara (UECE)

RESUMO

O presente projeto tem como objetivo analisar a necessidade de implementar a língua crioula do ensino fundamental guineense. Partindo-se do pressuposto que o crioulo é a língua mais falada do país e que esteve ausente no processo de ensino e aprendizagem. Busca-se refletir sobre as experiências do ensino bilíngue a partir de vários projetos voltados à luta para implementação de novos modelos educacionais que integram saberes locais na escola. Quanto à metodologia, trata-se de uma abordagem qualitativa, centrada na pesquisa experimental e a técnica de coleta baseia-se nas entrevistas estruturadas. Esse trabalho é motivado a partir da verificação das dificuldades que as crianças enfrentam na escola nos seus primeiros momentos ao terem contato com a língua do ensino (Português). Partindo-se da seguinte hipótese de que se os conteúdos fossem ensinados no crioulo, maior seria o entendimento das crianças sobre os assuntos ensinados na sala.

Palavras-chave: Crioulo guineense. Guiné-Bissau. Ensino bilíngue. Ensino-Aprendizagem.

RUSUMU

Objetivu de projetu de pesquisa i pa analiza nesesidadi di pui kriol na nsinu baziku di Guiné-Bissau. Suma i sibidu di kuma kriol i língua ku, mas ta papiadu na país, mas i ka matiba na prusesu di sina ku di aprendi. No buska pensa na nsinu nunde ku dus língua na mati, nunde ku manga di prujetus ku ta pensa maneras nobu di edukason ku ta mistura kunhisimentu di lugaris diferenti na skola. Na kil ku ta fala di kaminhu siguidu pa pudi fasi e tarbadju, i usadu uma abordagem (forma di splika) qualitativo, ku tene suma sentru um piskiza ku nvolvi spiriensia (experimental) ku teknika di rukudji/djunta nformason baziadu na ntrivista struturadu. E tarbadju motivadu pa difikuldadi ku odjadu na mininus na skola, ora ke kumsa na entra pa skola, na se purmeru kontaktu ku língua di nsinu (purtuguis). Hipotizi ku no kumsa kel i di kuma si mensagem (asuntu ku na tratadu) ta sedu ba na kriol, mininus na teneba mindjor ntindimentu di assuntos ku ta nsinadu.

Palavras principais: kriol guinensi. Nsinu na dus língua. Nsinu ku manera aprendi. Guiné-Bissau

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
Delimitação/Pergunta da pesquisa	7
Objetivos	8
Geral	8
Hipóteses	8
Fundamentação teórica	10
Metodologia	15
6 CRONOGRAMA	16
REFERÊNCIAS	17

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar a necessidade da implementação do crioulo guineense no ensino fundamental. A proposta da pesquisa é centrada no processo de ensino-aprendizagem das crianças, ou seja, problemas que os alunos enfrentam nos seus primeiros momentos na escola, no contato com a língua do ensino – o português.

Segundo Barbosa (2015; p.32) “Em síntese, é muito difícil alfabetizarem-se crianças numa língua, que não é a sua língua materna; não obstante, é o que continua sendo feito e as consequências são desastrosas em termos educativos”. Na mesma linha de pensamento afirma o Namone e Timbane (2017) ensinar os alunos nas suas línguas maternas, facilita o entendimento e o aumento da capacidade intelectual dos mesmos.

O ensino fundamental, que é uma das etapas das diretrizes e bases da educação, será o nosso objeto de estudo. No tocante à educação, as crianças guineenses sempre se depararam com sérias dificuldades, principalmente com a língua que é usada na escola como instrumento de transmissão dos saberes oficiais. O crioulo deve ser pensado como parte da organização de uma padronização a ser ensinada nas escolas, principalmente nos ensinos fundamentais, como forma de facilitar o entendimento dos conteúdos e também de diálogo com os saberes locais. A língua portuguesa na escola prevaleceu desde a época colonial e até a presente data continua sendo a língua oficial, teoricamente a única do ensino.

Falar do ensino-aprendizagem na Guiné-Bissau requer um retorno à história. A colonização deixou muitas marcas em África e em outros lugares que também foram alvo desse processo. Fanon (2008), na sua obra “Pele negra, máscaras brancas”, no primeiro capítulo, “o negro e a linguagem”, explicou a realidade do negro antilhano diante do jugo colonial e a potencialidade da linguagem, que foi uma ferramenta forte da dominação colonial, na qual o colonizado assimilava os comportamentos e valores do colonizador. Ainda o autor salienta que esse comportamento não se restringe ao negro antilhano, mas perpassa todo homem que tem a sua mente e o seu corpo colonizado. Essa é uma das muitas façanhas ainda presentes nas sociedades que sofreram do processo colonial. A língua portuguesa goza dessa regalia de língua oficial e do ensino, porque os dirigentes políticos continuam afastando o crioulo do seu lugar de direito. Com tantos entraves, o crioulo ainda continua sendo a língua mais falada pela população guineense, e a mais utilizada nas redes de comunicação; também nos centros de saúde; nos mercados; nas

igrejas, na literatura; na música; no cotidiano das instituições administrativas; nos cultos religiosos e em quase em todos os lugares - exceto na escola. Tudo implica que não tinha como o crioulo não ser a língua mais falada do país, a partir do seu papel desempenhado na sociedade guineense.

A população guineense, que teve seu primeiro contato com o processo de alfabetização a partir do momento em que os portugueses se instalaram no país, desde então só acreditam que os documentos somente podem ser produzidos em português. Talvez por isso os conteúdos ensinados nas escolas permaneçam na língua do colonizador, sistema que predomina até a data presente. De acordo com Couto (1989), “a crença na inferioridade do crioulo em relação ao português é apenas uma das manifestações da ideologia colonialista, que se mostra com mais força ainda em outros setores” (COUTO, 1989, p. 107).

Promover línguas locais no sistema de ensino guineense seria bastante importante, não só para as escolas, mas também para a comunidade em geral, uma vez que isso serviria para a valorização da cultura local e a promoção da identidade guineense. O tanto que foi falado do crioulo da Guiné-Bissau pelos escritores e pesquisadores, era de se esperar que este já tivesse sido oficialmente reconhecido como a primeira língua do país e do ensino. Essa hipótese se ancora nas diversas obras já publicadas, que apontam o problema e as suas possíveis soluções, dentre as quais destacamos os seguintes: Augel (1997) "O crioulo da Guiné-Bissau."; EMBALÓ (2008) “O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e fator da identidade Nacional”; Cá (2015) “Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau” entre os quais não citamos aqui, mas que compõe a nossa referência bibliografia.

Este trabalho destaca e endossa a importância de se enquadrar o crioulo da Guiné-Bissau no seu lugar de direito, sendo a língua da unidade nacional e a mais falada no país, que merece, por isso, um reconhecimento oficial, com status de maior prestígio. Para tal, o nosso referencial teórico está dividido em dois momentos distintos, posto que interligados. No início, apresentamos geograficamente o país e um pouco do seu quadro sociolinguístico, como forma de demonstrar a rica diversidade étnico-cultural que o país apresenta, e ainda, para enfatizar sobre quão é importante a adoção da língua crioula no ensino fundamental (como forma de fazer os alunos a se identificarem com algo presente nas suas culturas), e também como isso ajudará os alunos a assimilar mais e melhor os

próprios conteúdos dados em português. Diga-se que o português não é nem a primeira nem a segunda língua da maioria desses alunos.

No segundo momento, procurar-se-á analisar as contribuições do ensino bilíngue e algumas organizações voltados à luta pela implementação do crioulo no ensino da Guiné-Bissau. Nesse momento fazemos menção à brilhante contribuição do escritor, linguista e missionário Italiano, Luigi Scantamburlo, com a sua fascinante obra: “o léxico crioulo guineense e as suas relações com o português”. A partir de uma análise profunda desta obra, pretendemos entender os avanços do PAEBB (projeto de apoio ao ensino bilíngue nas ilhas dos bijagós) e o seu casamento com o CEEF (centro experimental de educação e formação) com o objetivo de lutar para implementação do crioulo nas escolas.

Delimitação/Pergunta da pesquisa

Esse estudo é motivado a partir da experiência que eu tive como aluno no ensino fundamental, ou seja, vem da reflexão sobre as dificuldades enfrentadas no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa. Fui para escola na época (1998) eu tinha quatro anos, tendo o crioulo como a minha única língua (língua materna). Eu nasci na capital, e tenho o crioulo como a minha língua materna. Porque na minha casa, no meu bairro, só se fala o crioulo, mas os meus pais tinham as suas línguas maternas, que não são nem o crioulo nem a língua portuguesa. Essa é a realidade da maioria das crianças que vivem na capital, mesmo que seus pais tenham vindo de outra realidade linguística. Diferentemente do que se vive nas aldeias, como afirma CÁ (2015, p.64), “em Bissau, geralmente as pessoas não falam com frequência as suas línguas étnicas, tendo em vista o uso generalizado do crioulo”.

Isso demonstra a influência que o crioulo tem na zona urbana, devido a vários fatores centralizados em Bissau. Por esses motivos, não tive como abster-me do crioulo, este é a minha língua materna e é do meu agrado. Também esses fatos podem hoje ser verificados nas demais cidades e regiões, onde predomina a influência de uma ou outra etnia, dividindo assim o protagonismo com o crioulo, que é falado por quase toda a população guineense.

Portanto, ter contato com a outra língua foi difícil. Por outro lado, a metodologia utilizada na escola restringia-me de falar a única língua na qual eu sabia me expressar e apresentar as minhas dúvidas, assim como apresentar o entendimento sobre qualquer

assunto ou conteúdo ensinado. Era proibido falar crioulo nas salas de aulas e nos recintos escolares, para o melhor aperfeiçoamento da língua portuguesa. Isso gerou um grande desconforto nos meus primeiros momentos na escola. É de salientar que o ensino da língua portuguesa em Guiné-Bissau foi e ainda é um enorme desafio para a maioria dos alunos que enfrentam ou que já enfrentaram o sistema de ensino do país, e não só os alunos, assim como a maioria dos professores têm dificuldades em se expressar e transmitir os conhecimentos na língua portuguesa, porque não têm domínio e alguns nem são qualificados para lecionar. Sendo assim, isso consta como um dos problemas mais inquietantes que o nosso sistema de ensino apresenta. Esse projeto busca por respostas a essas inquietações, a partir de várias questões que orientam o próprio estudo ou pesquisa.

O presente trabalho traz, pois, como problemática a questão da necessidade de implementação da língua crioula guineense no ensino fundamental. Para isso, propõe-se indagar o seguinte: Quais os benefícios a implementação da língua crioula trariam no ensino e aprendizagem dos alunos? De que forma o crioulo ajudaria no processo de ensino-aprendizagem dos alunos, nos seus primeiros momentos com a língua utilizada na escola? Por que, apesar de o crioulo ser a língua mais falada do país, não se configura como língua de ensino? Por que o português, que é na verdade uma língua estrangeira, ainda continua sendo a língua oficial e mais prestigiada no país?

Objetivos

Geral

Analisar a necessidade da implementação do ensino bilíngue na Guiné-Bissau.

Específicos

- ❖ Analisar de que formas o ensino de/em língua crioula poderá trazer resultados mais positivos no processo de ensino-aprendizagem.
- ❖ Refletir sobre as possíveis experiências do ensino bilíngue no país.

Hipóteses

- Se o crioulo é a língua mais falada e de unidade nacional, o fato de ainda continuar sendo uma língua sem status e desprestigiada no cenário oficial traz um grande

atraso às instituições, à participação da população nas decisões e, sobretudo, ao ensino e à educação na Guiné-Bissau;

- Se as crianças fossem ensinadas nas suas línguas maternas, isso melhoraria as suas capacidades de compreender os conteúdos dados.

Justificativas

O nosso interesse na escolha desse tema ou na realização desta pesquisa provém das circunstâncias decorrentes do atraso no processo de ensino-aprendizagem e de compreensão dos conteúdos curriculares ensinados às crianças e jovens guineenses na língua que não figura entre as mais faladas na Guiné-Bissau. Trata-se da língua portuguesa, que é considerada língua oficial e do ensino, e que ficou como legado da colonização.

Esse facto inquietante já é abordado em várias obras que indagam a ausência da língua franca do país no processo de ensino dos conteúdos, que por sua vez também são considerados estrangeiros

A ideia principal surgiu da reflexão durante as aulas de uma componente curricular dos cursos de pedagogia e sociologia da UNILAB, denominada “Políticas educacionais curriculares e Descolonização de currículos nos países colonizados”, ministrada pelo professor Evaldo Oliveira. Segundo a ementa, o objetivo dessa disciplina consiste em fazer entender o quão colonizado segue sendo os nossos currículos escolares, considerando-se a língua como um dos principais instrumentos do processo de aprendizagem, mas igualmente de reprodução de processos de alienação.

Diante disso, pensar na ausência ou na inexpressividade de certos saberes, sobretudo no âmbito linguístico, me fez refletir bastante no quanto a presença da língua guineense (crioulo) poderia nos ajudar nos processos de ensino e aprendizagem, sendo que é a língua com a qual temos mais contato e a qual a maioria dos guineenses melhor domina (ao menos em termos de fala e entendimento). É de salientar que, no momento em que tive contato na escola com a língua portuguesa, não compreendia nada do que o professor me dizia, motivo que me gerou grandes dificuldades em entender os conteúdos ensinados.

Imaginemos então a dificuldade que é para os alunos que só compreendem as suas línguas étnicas, e que pouco contato tem mesmo com o crioulo? É ainda nesse sentido que o crioulo deve ser acionado, com o intuito de demonstrar quanto vale salvaguardar e valorizar a identidade nacional. É essa preocupação que consideramos de urgente solução, pelo que se justifica a contribuição que esta pesquisa pode oferecer, no sentido de descolonizar e tornar mais acessível os conteúdos escolares mediante a adoção do crioulo como língua didática oficial no sistema de ensino guineense.

A necessidade da elaboração desse projeto se alinha igualmente em contribuir para construção de um processo de inclusão e valorização dos saberes culturais locais na educação das crianças, como forma de resgatar, valorizar as diversidades e promover a identidade nacional. Outra contribuição fundamental se dá na luta contra o insucesso escolar e o baixo nível do desenvolvimento escolar verificado no país.

Por outro lado, esse trabalho também servirá de referência para estudos futuros, voltados à discussão das línguas guineenses, em especial o crioulo da Guiné-Bissau, que tem um papel preponderante na luta e na resistência das demais línguas étnicas nacionais, e também na discussão do seu papel nas escolas. Esse processo poderá ser facilitado a partir da referência bibliográfica desta pesquisa.

Fundamentação teórica

A Guiné-Bissau é um país da África ocidental que faz fronteira com o Senegal ao norte, a leste e sudeste com a Guiné-Conakry e, pelo sul e oeste, com o Oceano Atlântico. O país conta com uma superfície total de 36,125 km², repartidos em três províncias: norte, leste e sul. Ainda conta com um território insular, que possui aproximadamente oitenta ilhas (SEMEDO, 2005). O território que foi ocupado e dominado pelos portugueses desde 1446 só veio a se libertar do jugo colonial no ano de 1973, por via de uma guerra armada que durou uma década. Somente um ano depois, a independência foi reconhecida oficialmente pelo governo português e por outras entidades internacionais (EMBALO, 2018)

O país apresenta uma rica diversidade étnica, cultural e linguística, contando com duas dezenas de grupos étnicos, resultado do encontro de vários povos, oriundos de diferentes cantos da África. Essas etnias apresentam suas línguas próprias, distintas umas das outras, além do crioulo, que é a língua mais falada pela população e figura como ponte

entre estas diferentes línguas étnicas. Apenas nas formalidades políticas governamentais, notadamente na capital, figura o português, língua do colonizador que monopolizou o poder da língua oficial e do ensino.

Segundo Embalo (2008), o crioulo conhecido localmente como “Kriol” tem a sua base no português, surgiu da interação entre línguas étnicas e a língua portuguesa, e também foi usado como veículo de comunicação no processo de luta de libertação, como forma de intermediar o entendimento entre aqueles diferentes grupos étnicos envolvidos na causa.

Conforme referimos na introdução, a educação formal só se fez presente na Guiné-Bissau a partir da chegada dos portugueses, o que significa dizer que existiam saberes tradicionais, que eram e são transmitidos oralmente, de geração a geração, mas não existiam escolas (CÁ, 1999; 2021).

Com relação à educação, não havia pessoas que ensinassem na sociedade africana tradicional, um ensino formalizado como na sociedade ocidental, nem lugar privilegiado para a transmissão do conhecimento. A forma de educar baseava-se no exemplo do comportamento e do trabalho de cada aprendiz. Cada adulto era, de certa forma, um professor (CÁ, 2020, p.04).

De acordo com Tino Cá (2021), a escola não é o único lugar onde se pode adquirir conhecimentos, porque a aprendizagem se faz e acontece em constante vivência, em diferentes lugares, que não se limitam às instituições formais (escolas). No entanto, como afirma Timbane (2022), depois da independência em 1973, o país optou em oficializar a língua portuguesa como a única e exclusiva língua do ensino, em detrimento das outras línguas nacionais, como é o caso do crioulo, que figura no topo das mais falados e desempenha um papel fundamental na intermediação entre as outras línguas consideradas de base.

De acordo com Fonseca (2012): “a política de língua ao nível do setor educativo na Guiné-Bissau é enquadrada por um Decreto-lei – nº 7/2007, de 12 de novembro de 2007 –, que obriga a utilização da língua portuguesa em todas as instituições públicas, nomeadamente nas escolas e especificamente dentro da sala de aula e no recinto escolar” (FONSECA, 2012, p. 27).

Em meio a essa dissonância didática e linguística, o currículo vem sendo uma das temáticas mais discutidas nas ciências sociais e humanas, especificamente no curso de pedagogia e nas políticas educacionais. Uma temática altamente discutida no Brasil, a

partir das lutas por emancipação de vozes e corpos que lutam por reconhecimento e inclusão, para afirmar e reerguer as diferentes formas de saber que merecem um lugar na produção de conhecimento, passando por um processo de descolonização e na formação das suas próprias políticas de aprendizagem. Na mesma ótica, o crioulo guineense aparece como uma temática altamente discutida nos campos das políticas educacionais e linguísticas na Guiné-Bissau.

A origem do crioulo da Guiné-Bissau ainda continua sendo um mistério. O que não se pode deixar de constatar é que é uma língua nacional e fator de identidade nacional (EMBALO, 2008). Também é uma língua de base portuguesa, que emergiu no contato com as línguas étnicas (SCANTAMBURLO, 1999; INCADA, 2017; TIMANE, 2018). De acordo com Pinto Bull (1989) o crioulo surgiu na urgente necessidade de “criar um veículo principal de comunicação em todo o país” (BULL, 1989, p. 75).

Enfatizamos que o crioulo é usado em quase em todos os lugares, até no parlamento, nos discursos políticos, e em todos os meios de comunicação. Para INTUMBO (2017), o crioulo é de:

[...]base lexical portuguesa, localmente conhecido por kriol, língua da "Guinidade" (ser guineense) e da unidade nacional, língua materna de cerca de 100.000 guineenses e falada por outros 600.000 mil (cf. Grimes 1988). É a verdadeira língua franca do país. O contato com o crioulo guineense acontece muito cedo, quando não é a língua L1 do falante. Em muitos casos a aquisição é feita simultaneamente com uma língua africana (INTUMBO, 2017, p. 2).

O crioulo representa na sociedade guineense um símbolo de união e de ligação entre as diversas etnias que compõem o mosaico étnico e linguístico do país. O termo *guinendadi* demonstra o sinal de reconhecimento dessa identidade e de pertencimento que esse povo tem com a sua cultura. Levando em consideração a sua relevância sociocultural na construção de saberes ou na educação, o crioulo figura, talvez, como o maior “patrimônio cultural” que o país tem (SAMPA, 2022). De acordo com Augel (1997), para que haja bons resultados no processo de ensino, é preciso que os alunos sejam ensinados nas línguas que eles entendem, a autora afirma não ter dúvida de que sendo o português a língua exclusiva do ensino, essa é uma das causas do baixo desenvolvimento escolar verificado no país.

Então, pensar o crioulo como currículo e língua de ensino nas escolas só trará bons resultados no processo de ensino/aprendizagem: “para qualquer que seja o processo de

aprendizagem, é com a língua crioula que podemos estabelecer a comunicação e consequentemente o diálogo, que faz criar o ambiente da produção do conhecimento, sem o qual tudo fica complicado” (SAMPA, 2015, p. 08).

De acordo com Ié (2018):

Percebe-se que o sistema de ensino-aprendizagem da Guiné-Bissau não está vinculado à realidade dos seus aprendizes, porque não é baseado nos seus saberes culturais e linguísticos, adquiridos socialmente antes da entrada deles na escola; lá a alfabetização ocorre na língua portuguesa desde os primeiros anos da escolaridade, seja nas escolas públicas seja nas privadas (IÉ, 2018, p.30).

Diga-se que todas as iniciativas voltadas à adoção da língua crioula como suporte para melhor compreensão dos conteúdos dados nas escolas acabaram por água abaixo, devido à falta de condições materiais, de elaboração e distribuição de material didático para sustentar e disseminar o projeto.

Do ponto de vista de Braima Gomes (2021), cabe ao governo a valorização das línguas étnicas e nacionais, criando políticas e medidas de sua inclusão na integração dos processos de alfabetização, a fim de se superem as crenças e os preconceitos de que são línguas imprestáveis para a educação:

(...) todo tipo de promoção de uma determinada língua se baseia no planejamento de aquisição e contribui para o planejamento discursivo que se pretende para as línguas. Nesse sentido, não há dúvida de que essa etapa de planejamento não está sendo desenvolvida na Guiné-Bissau para a melhoria do ensino, de um lado, mas para as crenças existentes sobre as línguas, de outro lado (GOMES, 2021, p. 43).

Com base nisso, dá para perceber que a problemática discutida neste projeto é considerada de pouca importância para os dirigentes, tendo em conta as iniciativas todas que nunca foram apoiadas e os projetos que nunca saíram do papel. Como podemos ver no artigo 14 da lei de bases do sistema educativo da Guiné-Bissau (2010/2011), um dos objetivos do ensino básico, como descreve a sua alínea C, é: “inspirar nos educandos a valorização e salvaguarda da identidade guineense”.

Como afirma Barbosa (2015, p. 32), “a questão do uso do crioulo como ponte para se atravessar o largo oceano que separa a cultura africana – e as línguas étnicas – da europeia (português) continua em curso, mas apenas só em nível de discussão”.

Após a luta da libertação, os dirigentes políticos da época alegavam que a língua crioula demandaria muitos recursos para se tornar uma língua oficial e de ensino. Como afirma o Sampa (2022), apontaram várias razões: a falta de recursos humanos, materiais didáticos e falta de condições financeiras para poder responder às demandas. Fato que hoje não se justifica em nenhuma circunstância, devido aos inúmeros quadros já formados e preparados para solucionar esses problemas.

Conforme Ivo Ié:

A adoção de ensino monolíngue num país multilíngue sem a contemplação das outras línguas que fazem parte do quotidiano do aluno causa grandes dificuldades no processo de alfabetização, visto que as crianças convivem com as suas línguas primeiras (L1) e segunda (L2) no dia-a-dia, em casa, no meio familiar, no convívio social com os amigos e na interação com os mais velhos, principalmente na “educação informal” (Ié, 2018, p.30)

Uma das primeiras experiências na reforma da educação do país aconteceu entre os anos 1977 e 1984, dirigidas por um grupo de jovens quadros, a partir do projeto CEPI (centros de estudos populares integrados), que atuavam nas zonas rurais em prol a novos modelos do ensino (SENA,1995). A questão da língua do ensino também foi uma das preocupações do projeto CEPI. Ainda afirma o mesmo autor, citando o problema da língua no ensino como uma das pautas do projeto:

Sobre as práticas escolares propriamente ditas, o CEPI colocou o problema da língua de ensino e do ensino da língua nacional, neste caso o português que era, sobretudo, uma língua estrangeira. Na realidade um guineense deveria possuir três línguas – a língua da tabanca, que é em geral a língua da sua etnia, o crioulo-português, língua franca das zonas de mestiçagem cultural como as cidades e seus subúrbios e o português adotado como língua nacional, mas na realidade pouco falado e compreendido nas cidades e, nos anos 1970, utilizado apenas em certas administrações (SENA, 1995, p. 75).

No ano de 1986 foi lançado o projeto do ensino bilíngue crioulo-português em diferentes localidades do país, ação realizada pelo ministério da educação. A execução desse projeto foi encarregada ao centro experimental de educação e formação (CEEF) e auxiliada pelo instituto nacional para o desenvolvimento da educação (INDE). Segundo Scantamburlo “O projeto teve início no ano letivo de 1986-87 e atingiu as aldeias de Bará (Sector de Canchungo, Região de Cacheu), Cufar e Priam (Sector de Catió, Região de Tombali) e da Ilha de Uno (Região Bolama-Bijagós) ” (SCANTAMBURLO, 2013, p. 152).

Foram então criadas novas metodologias que ajudariam os alunos na compreensão de vários conteúdos das diferentes disciplinas, inclusive o português, a partir das explicações e exposições didáticas em língua crioula, que serviria de auxiliar nas leituras e tradução das palavras. O projeto encerrou suas atividades no ano de 1994, devido a várias dificuldades, dentre os quais a dificuldade financeira ocasionada pelo fim do apoio recebido das organizações estrangeiras (SCANTAMBURLO, 2013).

Por meio de uma mesa redonda realizada em Bubaque, no ano 1998, com o intuito de pensar o desenvolvimento do ensino básico nos arquipélagos de Bijagós, zona insular do país, novamente se voltou a essa discussão. Neste encontro esteve presente a então ministra da educação, Doutora Odete Semedo Costa, e o diretor do ensino básico, Dr. Carlos Cardoso. Também se fizeram presentes várias entidades das organizações não governamentais. Um dos pontos discutidos se referia à relação do crioulo guineense com o português, segundo o que se reafirmava a necessidade de valorização de línguas maternas no ensino básico (especialmente o crioulo).

Esse referido projeto também não foi levado adiante devido à guerra civil que assolou o país e degradou todas as estruturas institucionais, principalmente no setor da educação (SCANTAMBURLO, 2013).

Após o cessar do conflito armado no país que durou um ano, o projeto (PAEBB) que é contínua a do projeto (CEEF), retomou as atividades que foram agendados na passada mesa redonda, e tudo isso se deu a partir do apoio financeiro recebido da União Europeia. A experiência durou seis anos, de 2001 a 2007, e foi implementada em algumas escolas no arquipélago dos bijagós.

Metodologia

Quanto à concepção do procedimento, a proposta da pesquisa é qualitativa, que para as autoras Del-Masso, Cotta e Santos (2012, p.12) “corresponde ao aprofundamento do conhecimento para interpretar, mediante análise de conteúdo, o contexto do objeto que está sendo estudado”.

De acordo com o nosso interesse em responder as perguntas e confirmar as hipóteses da pesquisa, levando em conta os objetivos anunciados, pretendemos trabalhar com uma investigação exploratória, que segundo Gil (2002, p. 27) envolve certos

procedimentos no ato de coleta de dados, o que ocorrerá a partir de “levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática com o assunto; e análise de exemplos que estimulam a compreensão”. Ou seja, neste âmbito, trata-se de um projeto cuja coleta de dados dar-se-á através da busca/pesquisa de informações já publicadas sobre o assunto, e através disso será possível efetuar uma análise mais aprofundada sobre o tema em discussão (GIL, 2002, p. 44).

Nesse caso, a técnica de coleta de dados será feita por via de entrevistas padronizadas ou semiestruturadas, por meio de “perguntas feitas a indivíduos predeterminados [...], efetuadas de preferência a pessoas selecionadas de acordo com um plano” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 197). Entrevistaremos três alunos que tiveram a experiência com ensino bilíngue no ensino fundamental, e também entrevistaremos três dos alunos que não tiveram essa experiência no seu processo. Por outro lado, usaremos a mesma dinâmica com os professores que já lecionaram em crioulo, assim como os que nunca tiveram contato com crioulo na sala de aula.

Os materiais já publicados por pesquisadores na área de políticas linguísticas e educacionais, serão nossos suportes, no sentido de observar e coletar as informações para melhor compreensão do tema em estudo. Lembrando que o nosso objetivo trata de analisar o papel do crioulo na facilitação/didatização do processo de ensino.

Por outro lado, usaremos como suporte teórico a técnica de levantamento bibliográfico, a partir de publicações por meio de bancos de dados da internet, especificamente do Google acadêmico e dos repositórios de diferentes instituições acadêmicas. Para tanto, primeiramente identificaremos os materiais a partir de vários levantamentos e pesquisas nas obras já publicadas, como no caso de dissertações de mestrado ou teses de doutorado, e demais documentos postados na internet, para depois localizar e compilá-los à argumentação/discussão com o objeto de estudo. Os meios que vão ser usados nesse processo serão computadores e celulares (GIL, 2002). Nesse caso, destacaremos a tese de mestrado do linguista Luigi Scantamburlo (2013), que estudou o estatuto da língua crioula guineense entre outras línguas faladas no território.

6 CRONOGRAMA

Etapas	O ut. 20 22	No v. 202 2	De z. 202 2	Jan . 202 3	Fev . 202 3	Ma r. 202 3	Ab r. 202 3	Mai o. 2023	Ju n. 202 3	Jul. 202 3	Ag o. 202 3	Set. 2023
Leitura e levantamento bibliográfico	X	X	X									
Trabalho de campo				X	X							
Organização de dados						X	X					
Interpretação e coleta de dados							X	X	X			
Revisão									X	X		
Conclusão e publicação de resultados										X	X	X

REFERÊNCIAS

AUGEL, Johannes. "O crioulo da Guiné-Bissau." *Afro-Ásia* 19-20 (1997).

BARBOSA, José Augusto. *Língua e desenvolvimento: o caso da Guiné-Bissau*. Diss. 2015.

BULL, B. P. **O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria**. 1ª ed., Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1989.

CÁ, I. N.; RÚBIO, C. F. **O perfil dos estudantes e a realidade do ensino de língua portuguesa em Guiné-Bissau**. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, 389-421. 2019.

CÁ, Lourenço Ocuni. **A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau**. Campinas, SP, v 2, n.1. Out. 2000.

CÁ, Tino. **Educação nas Zonas Liberadas no Período da Luta Armada na Guiné-Bissau (1963- 1973)**, UNILAB, Redenção, 2021.

CÁ, Virginia Jose Baptista. **Língua e ensino em contexto de diversidade linguística e cultural: o caso de Guiné-Bissau**. 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-9XCK5W>. Acesso: 14 de janeiro de 2023.

COUTO, H. H. do. **“O crioulo guineense em relação ao português e às línguas nativas”**. *Linguística* XXIX, pp. 107-128;1989.

DEL-MASSOS, M. C.; COTTA, Maria Amélia de Castro; SANTOS, Marisa Aparecida Pereira. **Ética em Pesquisa Científica: conceitos e finalidades**. Redefor Educação Especial e Inclusiva, Texto II. São Paulo: Unesp, p. 1-16, 2012. *Papia* 18, 2008, p. 101-107.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. *Salvador: EDUFBA*, 2008, 194.

FONSECA, S. P. B. da. **Aquisição e aprendizagem da referência nominal no contexto do português língua não materna na Guiné Bissau**. 2012. Dissertação (Mestrado em Língua Não Materna), Universidade Aberta, Lisboa, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IÉ, Ivo Aloide. **Desafios do ensino escolar da Guiné-Bissau na perspectiva do letramento**. 2018. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1260>. Acesso 14 jan. 2023.

EMBALÓ, Filomena. **O crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e fator de identidade nacional**. *Papia*, v.18, 2008, p. 101-107.

MENDES, Etoal. **Experiências de Ensino Bilíngue em Bubaque, Guiné-Bissau: línguas e saberes locais na educação escolar**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre- 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ ABRASCO, 1996.

NAMONE, D; TIMBANE, A. A. **Consequências do ensino da língua portuguesa no ensino fundamental na Guiné-Bissau 43 anos após a independência**. Mandinga: Revista de Estudos Linguísticos, Redenção-CE, v. 01, n. 01, p. 39-57

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos. Lei de Bases do Sistema Educativo (LBE) 21 de maio de 2010.

SCANTAMBURLO, L. **O léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: o ensino bilíngue português-crioulo guineense**. 371p. Tese (Doutor em Linguística, especialidade de Lexicologia, lexicografia e terminologia) - Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2013.

SANTANA, Yuran F D; TIMBANE, Alexandre A. **As criatividades e variações do léxico-semântico do português guineense**. In: NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal; LANGA, David Alberto Seth; TIMBANE, Alexandre António. Descrição linguística, educação e cultura em contextos pós-coloniais, Belém-Para: Home Editora, 2022. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/12/livro>. Acesso em: 03 de janeiro 2023

SAMPA, Eurico S. **Os precedentes e políticos que impossibilitaram a instituição da língua guineense no ensino**. In: NHAMPOCA, Ezra Alberto Chambal; LANGA, David Alberto Seth; TIMBANE, Alexandre António. 2022. Descrição linguística, educação e cultura em contextos pós-coloniais, Belém-Para: Home Editora. Disponível em: <https://unilab.edu.br/wp-content/uploads/2022/12/livro>. Acesso em: 03 de janeiro 2023

SAMPA, P. J. **A situação do ensino público em Guiné-Bissau: desafios e possibilidades para uma educação de qualidade**. FIPEDBRASIL – Campina Grande – PB, v. 1, Ed. 4, ISSN 2316-1086, realiza editor, 2015.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. **“Educação como direito”**. In: Anais do Encontro Internacional de Educação, Gravataí/RS/Brasil (CD), 2005

SENA, Luiz de. **Uma experiência de integração da educação na Guiné-Bissau**. In: Soronda - Revista de Estudos Guineenses", nº 019, janeiro de 1995. Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_11336 (2023-1-6)

TIMBANE, A. A.; CÁTIA, M. **O crioulo da Guiné-Bissau é uma língua de base portuguesa?** Embate sobre os conceitos. Revista de Letras Juçara, Caxias – Maranhão, v. 02, n. 02, p.107- 126, dez. 2018.

TIMBANE, Alexandre Antônio, and Cátia Manuel. "O crioulo da Guiné-Bissau é uma língua de base portuguesa? Embate sobre os conceitos." *REVISTA DE LETRAS-JUÇARA* 2.2 (2018): 107-126.